

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos da caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Urbeluz Energética S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Urbeluz Energética S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Urbeluz Energética S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.1 às demonstrações contábeis, em decorrência da adequação de suas demonstrações contábeis às práticas contábeis adotadas no Brasil, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 estão sendo reapresentadas como previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de maio de 2018.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais

Ativo	Notas	Controladora			Consolidado			Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado			31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Circulante		12.635	13.984	31.868	39.185	39.426	39.608	Circulante		17.922	11.324	20.415	24.704	24.393	23.324
Caixa e equivalentes de caixa	4	205	514	224	1.615	1.426	1.748	Fornecedores	15	3.251	1.963	5.305	6.710	4.030	7.267
Contas a receber	5	5.270	5.072	21.260	15.651	12.176	23.110	Empréstimos e financiamentos	16	5.545	6.326	8.761	6.293	6.336	8.761
Ativo financeiro de concessão	6	-	-	-	11.839	11.509	2.556	Pessoal a pagar		755	649	671	1.009	805	843
Créditos tributários	8	248	1.829	3.319	682	5.323	4.129	Encargos sociais a pagar		983	263	402	1.094	320	471
Ativos destinados à aplicação nas concessões	7	4.367	2.924	2.911	5.010	3.697	3.691	Encargos tributários a pagar	18	1.196	1.182	3.482	8.108	11.643	5.560
Adiantamentos	9	1.466	2.435	2.689	3.266	4.048	3.055	Impostos e contribuições parcelados	19	193	654	238	1.351	948	238
Outros créditos	10	1.079	1.210	1.250	1.122	1.247	1.319	Adiantamentos de clientes	9	5.994	277	1.512	133	302	141
Dividendos a Receber		-	-	215	-	-	-	Outras Contas a Pagar		5	10	44	6	9	43
Não circulante		39.758	38.686	23.235	36.989	30.974	20.173	Não circulante		2.640	10.126	13.505	13.301	10.920	13.505
Partes relacionadas	14	16.514	14.915	11.850	16.014	14.915	11.850	Empréstimos e Financiamentos	16	2.305	5.696	9.361	6.958	5.707	9.361
Créditos tributários	11	-	4.801	5.013	-	4.801	5.013	Impostos e contribuições parcelados	19	291	2.105	891	6.299	2.888	891
Outros créditos	10	7.619	4.803	647	7.619	4.803	647	Partes relacionadas		-	-	301	-	-	301
Ativo financeiro de concessão	6	-	-	-	10.567	3.827	-	Provisões para contingências	20	44	2.325	2.952	44	2.325	2.952
Investimentos	12	13.717	12.231	3.735	-	-	-	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		31.831	31.220	21.183	31.831	31.220	21.183
Imobilizado	13	943	1.171	759	1.605	1.861	1.432	Capital social	21	20.051	20.051	20.051	20.051	20.051	20.051
Intangível	14	965	765	1.231	1.184	767	1.231	Adiantamento para futuro aumento de capital	21	4.547	4.547	4.647	4.547	4.547	4.647
								Reserva legal		537	507	-	537	507	-
								Reserva lucros a realizar		6.696	6.115	-	6.696	6.115	-
								Prejuízos acumulados		-	-	(3.515)	-	-	(3.515)
								Participação de não controladores		-	-	-	6.338	3.867	1.769
								Total do patrimônio líquido		31.831	31.220	21.183	38.169	35.087	22.952
Total do ativo		52.393	52.670	55.103	76.174	70.400	59.781			52.393	52.670	55.103	76.174	70.400	59.781

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Receita líquida dos serviços prestados	22	21.713	26.860	75.327	84.019
Custo dos serviços prestados	23	(13.475)	(16.813)	(55.432)	(55.956)
Lucro bruto		8.238	10.047	19.895	28.063
Receitas/(despesas) operacionais		(7.539)	869	(10.770)	(8.843)
Despesas gerais e administrativas	24	(8.458)	(7.349)	(11.447)	(9.557)
Despesas comerciais	25	(1.132)	(43)	(1.228)	(83)
Equivalência patrimonial	11	586	8.496	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais	26	1.684	657	(136)	699
Receitas financeiras	27	1.015	2.228	3.339	3.326
Despesas financeiras	27	(1.234)	(3.120)	(1.298)	(3.228)
Lucro antes do IR e CSLL		699	10.916	9.125	19.220
IRPJ e CSLL correntes		(88)	(779)	(6.642)	(6.985)
Lucro líquido do exercício		611	10.137	2.483	12.235
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício atribuído aos:					
Controladores		-	-	611	10.137
Não controladores		-	-	1.872	2.098

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Lucro líquido do exercício	611	10.137	2.483	12.235
Total do resultado abrangente do exercício	611	10.137	2.483	12.235

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de Reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva Legal	Reservas de lucros a realizar	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015 - Apresentado	20.051	4.647	-	-	(3.697)	21.001	1.826	22.827
Ajustes nos saldos iniciais	-	-	-	-	182	182	(57)	125
Saldos em 01 de Janeiro de 2016 - Reapresentado	20.051	4.647	-	-	(3.515)	21.183	1.769	22.952
Reversão AFAC	-	(100)	-	-	-	(100)	-	(100)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.137	10.137	-	10.137
Reserva legal	-	-	507	-	(507)	-	-	-
Reservas de lucros a realizar	-	-	-	6.115	(6.115)	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	2.098	2.098
Saldos em 31 de dezembro de 2016	20.051	4.547	507	6.115	-	31.220	3.867	35.087
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	611	611	-	611
Reserva Legal	-	-	30	-	(30)	-	-	-
Reservas de lucros a realizar	-	-	-	581	(581)	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	2.471	2.471
Saldos em 31 de dezembro de 2017	20.051	4.547	537	6.696	-	31.831	6.338	38.169

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 01 de Janeiro de 2016

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Lucro líquido do exercício	611	10.137	2.483	12.235
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício ao caixa				
Depreciação e amortização	796	739	1.011	891
Provisão para contingências	(2.281)	(627)	(2.281)	(627)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	952	2.107	961	2.107
Juros apropriados sobre debêntures	-	-	348	-
Juros apropriados sobre parcelamentos	(880)	(101)	(2.003)	(101)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	1.013	-	1.013	-
Atualização do ativo financeiro	-	-	(2.205)	(935)
Reflexo participação dos não controladores	-	-	599	-
Resultado de equivalência patrimonial	(586)	(8.496)	-	-
Aumento/(redução) nos ativos:				
Contas à receber	(1.211)	16.188	(4.488)	10.934
Demais contas a receber e adiantamentos	(1.716)	(3.862)	(1.909)	(5.077)
Créditos tributários	6.382	1.702	9.442	(982)
Ativos destinados à aplicação nas concessões	(1.443)	(13)	(1.313)	(6)
Aumento/(redução) nos passivos:				
Fornecedores	1.288	(3.342)	2.680	(3.237)
Encargos tributários a pagar	14	(2.300)	(3.535)	6.083
Salários e encargos sociais a pagar	826	(161)	978	(189)
Impostos e contribuições parcelados	(1.395)	1.731	5.817	2.808
Demais contas à pagar	5.712	(1.269)	(172)	127
Dividendos a Pagar	-	-	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.082	12.433	7.426	24.031
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(768)	(685)	(1.172)	(856)
Adiantamentos para futuras aquisições de investimentos	(598)	-	-	-
Ativo financeiro de concessão	-	-	(4.865)	(11.845)
Integralização de capital em investida	(900)	-	-	-
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.266)	(685)	(6.037)	(12.701)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.124)	(8.207)	(101)	(8.186)
Recebimento de dividendos	-	215	-	-
Empréstimos entre partes relacionadas	(1.001)	(3.366)	(1.099)	(3.366)
Reversão do adiantamento para futuro aumento de capital	-	(100)	-	(100)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(6.125)	(11.458)	(1.200)	(11.652)
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(309)	290	189	(322)
Caixa e equivalente de caixa				
Início do exercício	514	224	1.426	1.748
Final do exercício	205	514	1.615	1.426
	(309)	290	189	(322)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Urbeluz Energética S.A. (“Urbeluz” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 8 de maio de 1995 e especializada em construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, no planejamento e na execução de projetos que visam o gerenciamento e o uso racional de energia elétrica.

1.1. Planos da Administração

A Administração da Companhia vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações, notadamente sobre o aumento da carteira de clientes e redução de custos e despesas operacionais. Abaixo as principais medidas:

- a) Durante os exercícios de 2015 e 2014, a Companhia recebeu montantes significativos de aportes de capital injetados pelo acionista, com objetivo de reforçar o capital de giro, os quais foram integralizados ao capital ou permanecem como AFAC;
- b) A Companhia participou e venceu a licitação em São João do Meriti-RJ, e o contrato de gestão que tinha com o município foi ampliado para um contrato de Parceria Público Privada - PPP, e assim foi constituída a Alegrete RJ Participações S.A. (“Alegrete”), que firmou contrato de concessão com o município pelo prazo de vigência de 25 anos, e a Urbeluz possui 100% do controle acionário da Alegrete;
- c) Firmou contrato de empreitada global com a controlada, e assim fornecerá serviços e produtos, e a vigência do contrato é de 18 meses podendo ser prorrogado. O valor total do contrato é de R\$ 31.369;
- d) A Companhia em consórcio com a Fortnort foi a vencedora da Licitação feita pelo Município de Caraguatatuba - SP, onde foi criada a Caragua Luz S.A., com um contrato com prazo de vigência de 13 anos;
- e) A Companhia também tem apresentado propostas para novos estudos de estruturação de projetos de PPP, e participado de licitações para a gestão de parques de iluminação pública e eficiência energética em todo o território nacional.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações contábeis consolidadas atendem também as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Reconhecimento de receita;
- Contingências;
- Investimentos;

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPC's requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados com base em premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5);
- (b) Provisão para contingências (Nota 20);
- (c) Estimativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos (Nota 9).

No entendimento da Administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

2.3. Novas normas e interpretações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2018. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações.

2.3.1 Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1º de janeiro de 2017

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2017 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1º de janeiro de 2017 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.3.2 Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2017

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Financial instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Companhia no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments:

O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultado Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

IFRS 15 Revenues from contracts with customers:

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

IFRS 16 Leases:

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um "direito de uso" dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9 Financial Instruments ainda estão sob análise da administração da Companhia, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Instrumentos financeiros

Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os Instrumentos financeiros derivativos. Os saldos dos instrumentos derivativos não liquidados são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras e classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva, menos perdas por redução do valor recuperável. A Companhia não possui investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem quotas de fundos de investimento e títulos de dívida do governo. Nesta categoria são registrados os instrumentos que são mantidos por um período indefinido e que podem ser alienados para atender às necessidades de liquidez ou as mudanças nas condições de mercado.

d) Empréstimos e recebíveis: São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 5).

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

- a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado;
- b) Outros passivos financeiros: São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, no caso da Companhia, compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15), debêntures (nota explicativa nº 16) e saldos a pagar a fornecedores nacionais (nota explicativa nº 14).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como "Disponíveis para venda", quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", no resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

Método de juros efetivos

É utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela pelo impairment, se necessária.

2.7. Ativos oriundos dos investimentos em concessões

Os ativos classificados como financeiros representam o direito das Controladas de cobrarem diretamente o poder concedente pela infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são amortizados conforme recebimento da parcela de remuneração do ativo financeiro intrínseca a contraprestação da PPP ou contrato similar.

Os ativos financeiros são atualizados pela Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro, definida com base na Proposta Comercial que fixa o equilíbrio econômico dos contratos de concessão e revisada periodicamente.

2.8. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

2.9. Ativos destinados a aplicação nas concessões

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.10. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.11. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.12. Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 12 e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.13. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto.

As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulantes e não circulantes de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil- econômica do ativo, ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor e não houver opção de compra.

2.14. Capitalização de juros

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.15. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.16. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.17. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.18. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Sociedade e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 20.

2.19. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.20. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.21. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(a) Prestação de Serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

(b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conform/e determinado pelo CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

- Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

2.23. Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

a) Aplicações financeiras: Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato;

b) Empréstimos e financiamentos: Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores justos das debêntures contratadas com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis;

c) Contas a receber e fornecedores: Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas. As Sociedades não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

3. Demonstrações contábeis consolidadas

3.1. Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2015 e 2016

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu às reclassificações em seu balanço patrimonial, demonstração do resultado e demonstração do valor adicionado relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016.

A reapresentação se fez necessária pela reclassificação do ativo vinculado à concessão das Parcerias Público Privadas (“PPPs”) da Alegrete e CaraguaLuz sob controle da Urbeluz e pela reapresentação das Demonstrações Financeiras de tais Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”), que refletem na Companhia. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os ativos vinculados às PPPs estavam classificados como ativos intangíveis. Pela característica contratual, a Administração reclassificou os ativos intangíveis como ativos financeiros.

Também se fez necessária a reclassificação da metodologia de consolidação referente ao Consórcio existente entre a Controladora e a empresa Fortnort. O Método adotado em 2016 foi o de equivalência patrimonial não sendo o adequado para o tipo de relação entre Consórcio e Consorciadas. Em 2016 os valores pertencentes ao Consórcio foram absorvidos pela Controladora em sua proporção para cada respectiva conta existente, sendo assim foram registradas mudanças apenas nas demonstrações da Controladora não tendo impacto nas Demonstrações Consolidadas.

Com a abertura dos períodos lançamentos que foram registrados em 2017 que são imateriais foram reclassificados para suas competências de origem.

A classificação como ativo financeiro é mais adequada aos contratos de PPP devido a garantia de recebimento da contrapartida fixa do Poder Concedente, ao invés da cobrança direta do usuário e risco de demanda associados ao ativo intangível.

Com a reclassificação, parcela da contraprestação fixa mensal das PPPs é reconhecida como amortização do ativo financeiro, não sendo reconhecida como receita bruta das SPEs. Em 2015, a parcela de contraprestação reconhecida diretamente como amortização do ativo financeiro foi de R\$ 630.689, porém houve aumento na receita líquida de 2015 pois não haviam sido considerados as receitas de construção passando na DF consolidada em R\$ 50.183 para R\$ 59.482. Em 2016, a parcela de contraprestação reconhecida diretamente como amortização do ativo financeiro foi de R\$ 4.374.267, reduzindo a receita líquida consolidada em R\$ 87.606 para R\$ 84.019.

Em contrapartida, as SPEs reconhecem receita financeira pela atualização da Taxa de Retorno do Ativo Financeiro (“TRAF”). Em 2015, não houve receita financeira reconhecida relativa ao ativo financeiro foi. Em 2016, a receita financeira do ativo financeiro foi de R\$ 935.286,28.

Além dos efeitos diretos, as reclassificações acima mencionadas geram efeitos indiretos, como cálculo de tributos e equivalências patrimoniais destacadas abaixo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Efeitos dos ajustes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2016 e em 1 de Janeiro de 2016:

▪ Balanço patrimonial

	Controladora					
	31/12/2016			01/01/2016		
	Originalmente divulgado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente divulgado	Ajuste	Reapresentado
Ativo						
Circulante	12.032	1.952	13.984	32.218	(350)	31.868
Caixa e equivalentes de caixa	514	-	514	224	-	224
Contas a receber	4.632	440	5.072	21.260	-	21.260
Ativo financeiro de concessão	-	-	-	-	-	-
Créditos tributários	1.780	49	1.829	3.319	-	3.319
Ativos destinados à aplicação nas concessões	1.903	1.021	2.924	2.911	-	2.911
Adiantamentos	1.854	581	2.435	2.954	(265)	2.689
Outros créditos	1.349	(139)	1.210	1.136	114	1.250
Dividendos a Receber	-	-	-	414	(199)	215
Não circulante	43.387	(4.701)	38.686	22.699	536	23.235
Partes relacionadas	15.348	(433)	14.915	11.850	-	11.850
Créditos tributários	4.801	-	4.801	5.013	-	5.013
Outros créditos	4.803	-	4.803	494	153	647
Ativo financeiro de concessão	-	-	-	-	-	-
Investimentos	16.501	(4.270)	12.231	3.352	383	3.735
Imobilizado	1.169	2	1.171	759	-	759
Intangível	765	-	765	1.231	-	1.231
Total do ativo	55.419	(2.749)	52.670	54.917	186	55.103

	Consolidado					
	31/12/2016			01/01/2016		
	Originalmente divulgado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente divulgado	Ajuste	Reapresentado
Ativo						
Circulante	25.659	13.767	39.426	36.340	3.268	39.608
Caixa e equivalentes de caixa	1.426	-	1.426	1.748	-	1.748
Contas a receber	13.043	(867)	12.176	21.691	1.419	23.110
Ativo financeiro de concessão	-	11.509	11.509	-	2.556	2.556
Créditos tributários	2.299	3.024	5.323	3.528	601	4.129
Ativos destinados à aplicação nas concessões	3.697	-	3.697	3.675	16	3.691
Adiantamentos	3.774	274	4.048	4.039	(984)	3.055
Outros créditos	1.420	(173)	1.247	1.659	(340)	1.319
Dividendos a Receber	-	-	-	-	-	-
Não circulante	45.170	(14.196)	30.974	22.683	(2.510)	20.173
Partes relacionadas	14.560	355	14.915	11.850	-	11.850
Créditos tributários	4.801	-	4.801	5.255	(242)	5.013
Outros créditos	4.803	-	4.803	493	154	647
Ativo financeiro de concessão	-	3.827	3.827	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	1.861	-	1.861	1.251	181	1.432
Intangível	19.145	(18.378)	767	3.834	(2.603)	1.231
Total do ativo	70.829	(429)	70.400	59.023	758	59.781

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora					
	31/12/2016			01/01/2016		
	Originalmente divulgado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente divulgado	Ajuste	Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	10.959	365	11.324	20.412	3	20.415
Fornecedores	2.159	(196)	1.963	6.857	(1.552)	5.305
Empréstimos e financiamentos	6.326	-	6.326	4.642	4.119	8.761
Debêntures	-	-	-	3.178	(3.178)	-
Pessoal a pagar	605	44	649	671	-	671
Encargos sociais a pagar	-	263	263	-	402	402
Encargos tributários a pagar	1.869	(687)	1.182	4.122	(640)	3.482
Impostos e contribuições parcelados	-	654	654	-	238	238
Adiantamentos de clientes	-	277	277	-	1.512	1.512
Outras contas a pagar	-	10	10	942	(898)	44
Não circulante	14.673	(4.547)	10.126	13.504	1	13.505
Empréstimos e Financiamentos	5.025	671	5.696	9.271	90	9.361
Impostos e contribuições parcelados	2.105	-	2.105	891	-	891
Partes relacionadas	4.547	(4.547)	-	301	-	301
Demais contas	671	(671)	-	89	(89)	-
Provisões para contingências	2.325	-	2.325	2.952	-	2.952
Patrimônio líquido	29.787	1.433	31.220	21.001	182	21.183
Capital social	20.051	-	20.051	20.051	-	20.051
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	4.547	4.547	4.647	-	4.647
Reserva legal	487	20	507	-	-	-
Reserva lucros a realizar	9.249	(3.134)	6.115	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	(3.697)	182	(3.515)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	29.787	1.433	31.220	21.001	182	21.183
	55.419	(2.749)	52.670	54.917	186	55.103

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

▪ Resultado do exercício

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016			01/01/2016		
	Originalmente divulgado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente divulgado	Ajuste	Reapresentado
Receita líquida dos serviços prestados	22.206	4.654	26.860	87.606	(3.587)	84.019
Custo dos serviços prestados	(13.705)	(3.108)	(16.813)	(55.354)	(602)	(55.956)
Lucro bruto	8.501	1.546	10.047	32.252	(4.189)	28.063
Despesas (receitas) operacionais	5.960	(5.091)	869	(8.671)	(172)	(8.843)
Despesas gerais e administrativas	(6.910)	(439)	(7.349)	(9.197)	(360)	(9.557)
Despesas comerciais	-	(43)	(43)	-	(83)	(83)
Equivalência patrimonial	13.192	(4.696)	8.496	711	(711)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	494	163	657	541	158	699
Receitas financeiras	2.330	(102)	2.228	2.492	834	3.326
Despesas financeiras	(3.146)	26	(3.120)	(3.218)	(10)	(3.228)
Lucro antes do IR e CSLL	14.461	(3.545)	10.916	23.581	(4.361)	19.220
IRPJ e CSLL	(1.021)	242	(779)	(6.440)	(545)	(6.985)
Lucro líquido do exercício	13.440	(3.303)	10.137	17.141	(4.906)	12.235
Lucro líquido do exercício atribuído aos:						
Controladores				13.440	(3.303)	10.137
Não controladores				3.701	(1.603)	2.098

▪ Resultado abrangente

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016			31/12/2016		
	Originalmente divulgado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente divulgado	Ajuste	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	13.440	(3.303)	10.137	17.141	(4.906)	12.235
Total do resultado abrangente do exercício	13.440	(3.303)	10.137	17.141	(4.906)	12.235

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

▪ Fluxo de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016			31/12/2016		
	Originalmente divulgado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente divulgado	Ajuste	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	13.440	(3.303)	10.137	17.140	(4.905)	12.235
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:						
Depreciação e amortização	615	124	739	1.352	(461)	891
Provisão para contingências	(627)	-	(627)	(627)	-	(627)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	-	2.107	2.107	-	2.107	2.107
Juros apropriados sobre debêntures	-	-	-	-	-	-
Juros apropriados sobre parcelamentos	-	(101)	(101)	-	(101)	(101)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-
Atualização do ativo financeiro	-	-	-	-	(935)	(935)
Reflexo participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos	212	(212)	-	454	(454)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(13.150)	4.654	(8.496)	93	(93)	-
(Aumento)/redução nos ativos:						
Contas à receber	16.628	(440)	16.188	8.649	2.285	10.934
Demais contas a receber e adiantamentos	(3.007)	(855)	(3.862)	(3.803)	(1.274)	(5.077)
Créditos tributários	1.539	163	1.702	1.231	(2.213)	(982)
Ativos destinados à aplicação nas concessões	1.008	(1.021)	(13)	(22)	16	(6)
Aumento/(redução) nos passivos:						
Fornecedores	(4.698)	1.356	(3.342)	(3.110)	(127)	(3.237)
Encargos tributários a pagar	-	(2.300)	(2.300)	-	6.083	6.083
Salários e encargos sociais a pagar	(66)	(95)	(161)	(41)	(148)	(189)
Impostos e contribuições parcelados	(1.039)	2.770	1.731	5.118	(2.310)	2.808
Demais contas a pagar	(359)	(910)	(1.269)	(295)	422	127
Dividendos a Pagar	-	-	-	-	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	10.496	1.937	12.433	26.139	(2.108)	24.031
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(567)	(118)	(685)	(17.273)	16.417	(856)
Ativo financeiro de concessão	-	-	-	-	(11.845)	(11.845)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	(567)	(118)	(685)	(17.273)	4.572	(12.701)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.741)	(2.466)	(8.207)	(5.721)	(2.465)	(8.186)
Recebimento de dividendos	-	215	215	-	-	-
Empréstimos entre partes relacionadas	749	(4.115)	(3.366)	1.182	(4.548)	(3.366)
Reversão do adiantamento para futuro aumento de capital	(4.647)	4.547	(100)	(4.647)	4.547	(100)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(9.639)	(1.819)	(11.458)	(9.186)	(2.466)	(11.652)
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	290	-	290	(320)	(2)	(322)
Início do exercício	224	-	224	1.748	-	1.748
Final do exercício	514	-	514	1.426	-	1.426
	290	-	290	(322)	-	(322)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

▪ Reconciliação do patrimônio líquido

	Controladora	Consolidado
Saldo do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 (originalmente divulgado)	21.001	22.827
Outros ajustes	182	182
Impacto na participação dos não controladores	-	(57)
Saldo do patrimônio líquido em 1 de janeiro de 2016 (reapresentado)	<u>21.183</u>	<u>22.952</u>

	Controladora	Consolidado
Saldo do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 (originalmente divulgado)	29.787	35.416
Equivalência patrimonial em virtude da alteração da prática contábil das investidas	(4.696)	-
Estorno de equivalência patrimonial	-	(711)
Estorno da receita de CAPEX das investidas (efeito líquido)	-	(3.587)
Incremento de atualização do ativo financeiro	-	935
Complemento da reserva legal em virtude da alteração do lucro líquido do exercício	20	20
Reconhecimento da receita conforme a competência	1.546	-
Outros ajustes	(226)	774
Estorno (Incremento) de IR e CS sobre o lucro	242	(545)
Reclassificação do adiantamento para futuro aumento de capital	4.547	4.547
Impacto na participação dos não controladores	-	(1.762)
Saldo do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	<u>31.220</u>	<u>35.087</u>

3.2. Companhias controladas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 36 - R3 (Demonstrações Consolidadas), abrangendo os saldos e transações da Companhia e de suas Controladas. Consideram-se controladas aquelas entidades sob controle, direto ou relativo (indireto), da Companhia.

O controle é evidenciado pela capacidade de controlar as políticas financeiras e operacionais de forma a obter benefícios de suas atividades.

Em geral, o controle existe quando a Companhia detém, direta e relativamente (indiretamente), mais de 50% dos direitos de voto, levando em conta, potenciais direitos de voto. Entidades adquiridas durante o ano são consolidadas a partir da data em que o controle é adquirido e param de ser consolidados a partir da data em que o controle é perdido.

Todos os saldos e transações relevantes entre a Companhia e sua Controlada são eliminados na consolidação, incluindo investimentos, contas a receber, dividendos a receber, receitas e despesas entre as Companhias.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

A participação dos acionistas não controladores está destacada em conta específica em separado dentro do Patrimônio Líquido Consolidado e, no Resultado Consolidado na rubrica "resultado atribuído aos não controladores".

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem a seguinte Companhia:

Controladas	Participação em 31/12/2017
Alegrete RJ Participações S.A.	100%
Caragua Luz S.A.	60%

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
Caixa e saldos em contas bancárias	-	-	28	2	-	31
Aplicações financeiras	205	514	196	1.613	1.426	1.717
	<u>205</u>	<u>514</u>	<u>224</u>	<u>1.615</u>	<u>1.426</u>	<u>1.748</u>

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (100% à 102% do CDI).

5. Contas a receber

a) Composição

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
Contas a receber faturado	3.552	3.854	13.044	8.277	10.474	13.044
Contas a receber a faturar (*)	1.718	1.218	8.216	7.374	1.702	10.066
	<u>5.270</u>	<u>5.072</u>	<u>21.260</u>	<u>15.651</u>	<u>12.176</u>	<u>23.110</u>

(*) O contas a receber a faturar corresponde ao reconhecimento da receita de prestação de serviços conforme a realização em campo e suas medições, obedecendo ao regime de competência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

b) Composição das contas a receber por vencimento:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
Contas a receber - faturado						
A vencer	387	2.106	3.478	1.805	5.872	3.478
Vencidos até 30 dias	1.600	559	446	1.790	1.837	446
Vencidos de 61 até 180 dias	1.169	-	1.098	1.207	1.257	1.098
Vencidos há mais de 181 dias	396	1.189	8.022	3.475	1.508	8.022
	<u>3.552</u>	<u>3.854</u>	<u>13.044</u>	<u>8.277</u>	<u>10.474</u>	<u>13.044</u>
Contas a receber - a faturar						
A vencer	1.718	1.218	8.216	7.374	1.702	10.066
	<u>1.718</u>	<u>1.218</u>	<u>8.216</u>	<u>7.374</u>	<u>1.702</u>	<u>10.066</u>
	<u>5.270</u>	<u>5.072</u>	<u>21.260</u>	<u>15.651</u>	<u>12.176</u>	<u>23.110</u>

A exposição máxima ao risco de crédito, é o valor do contas a receber mencionado acima, líquido da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa.

O risco de crédito do contas a receber advém da possibilidade de não receberem valores decorrentes da prestação de serviços. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o seu saldo devedor. A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

6. Ativo financeiro de concessão

a) Movimentação

	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Cargagua			Cargagua		
	Alegrete	Luz	Total	Alegrete	Luz	Total
Saldo inicial	3.891	11.445	15.336	-	2.556	2.556
Adições (receita de construção)	4.329	11.907	16.236	4.081	11.632	15.713
Juros e atualização financeira	673	1.532	2.205	240	695	935
Recebimento através da CIP	(5.548)	(5.823)	(11.371)	(430)	(3.438)	(3.868)
Saldo final	<u>3.345</u>	<u>19.061</u>	<u>22.406</u>	<u>3.891</u>	<u>11.445</u>	<u>15.336</u>
TRAF (*)	19% a.a.	10% a.a.		19% a.a.	10% a.a.	
Circulante			11.839			11.509
Não circulante			<u>10.567</u>			<u>3.827</u>
			<u>22.406</u>			<u>15.336</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

b) Serviços de construção

	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
Receita de construção	16.236	15.713	3.151
Custos de construção	(16.236)	(15.713)	(3.151)
	-	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

7. Ativos destinados à aplicação nas concessões

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
Acessórios, ferragens e ferramenta	241	233	313	330	378	597
Relê, conector, fios e dispositivo	286	340	433	375	504	477
Lâmpadas e luminárias	1.163	972	1115	1.305	1.131	1321
Postes	215	85	118	254	167	118
Reatores	88	110	217	124	134	323
Outros materiais	329	327	465	576	527	605
Estoque de terceiro	799	787	222	799	787	222
Estoque em transição	49	70	28	49	69	28
Mercadoria para aplicação	1.128	-	-	1.128	-	-
Estoque (aplicados a projetos)	69	-	-	70	-	-
	<u>4.367</u>	<u>2.924</u>	<u>2.911</u>	<u>5.010</u>	<u>3.697</u>	<u>3.691</u>

Os estoques estão avaliados ao custo médio. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda nos estoques e avaliou que os valores estão registrados no mínimo pelo custo recuperável do ativo.

8. Créditos tributários

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
COFINS	-	1	1	65	518	22
PIS	-	-	-	19	438	-
Imposto de renda	237	363	840	463	1.956	1.272
Contribuição social	-	96	416	74	676	590
INSS	1	1.365	2.018	39	1.732	2.018
Outros impostos	10	4	44	22	3	227
	<u>248</u>	<u>1.829</u>	<u>3.319</u>	<u>682</u>	<u>5.323</u>	<u>4.129</u>

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Os impostos a recuperar serão compensados no próximo ano corrente assim que a Companhia apresentar base para possíveis compensações.

9. Adiantamentos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
Ativo						
Adiantamento a funcionários	22	71	46	32	79	68
Adiantamento a fornecedores	1.333	2.293	2.594	3.123	3.879	2.925
Outras contas	111	71	49	111	90	62
	<u>1.466</u>	<u>2.435</u>	<u>2.689</u>	<u>3.266</u>	<u>4.048</u>	<u>3.055</u>
Passivo						
Adiantamento a clientes						
Alegrete	5.959	-	1.174	-	-	-
Consórcio Caragua	8	-	-	-	-	-
Caragua Luz	2	-	197	-	-	-
Outros	25	277	141	133	302	141
	<u>5.994</u>	<u>277</u>	<u>1.512</u>	<u>133</u>	<u>302</u>	<u>141</u>

Os saldos de adiantamentos a fornecedores derivam de antecipações principalmente para aquisição de produtos e ativos que serão utilizados na prestação de serviços, nos próximos doze meses.

10. Outros créditos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
Despesas antecipadas	1.079	1.210	80	1.122	1.247	149
Crédito de precatórios Circulante	-	-	1.170	-	-	1.170
	<u>1.079</u>	<u>1.210</u>	<u>1.250</u>	<u>1.122</u>	<u>1.247</u>	<u>1.319</u>
Crédito de precatórios (a)	935	935	-	935	935	-
Investimento em MIP's (b)	1.185	987	627	1.185	987	627
Crédito com terceiros (c)	5.499	2.862	-	5.499	2.862	-
Outros créditos	-	19	20	-	19	20
Não Circulante	7.619	4.803	647	7.619	4.803	647
	<u>8.698</u>	<u>6.013</u>	<u>1.897</u>	<u>8.741</u>	<u>6.050</u>	<u>1.966</u>

- (a) Recebível em vias de negociação entre as partes sobre a atualização e amortização do saldo, a expectativa que o ocorra a devolução do precatório a partir do segundo semestre de 2018. Até a liquidação da dívida o título permanecerá em posse da Urbeluz. Este título foi reconhecido pela Receita Federal e poderá ser usado em compensações futuras.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

- (b) MIP's (Manifestação de interesse privado) são gastos autorizados pelos municípios para avaliação de efficientização da iluminação pública para os processos de licitação, caso a Urbeluz ganhe a licitação será ressarcida no ato ou conforme negociado em contrato. Desses investimentos a Urbeluz foi vencedora em Marabá onde o ressarcimento será efetuado pela concessão. Barueri e Boa Vista os estudos foram entregues e estamos aguardando a análise das autoridades competentes. Em Rio das Ostras, Nova Friburgo, Vitória e Rio Verde as MIP's foram entregues e estamos aguardando a aprovação por parte das prefeituras. No Município de Campos a MIP foi aprovado e estamos efetuando os estudos técnicos, jurídicos e economicos.
- (c) A Urbeluz na estratégia de novos contratos na modalidade de PPP's mantém contratos com a SGE PRizma e CGI que atualmente atuam tecnica e comercialemtne na prospecção de novos negócios com destaque para Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Minas Gerais. No caso da CGI a empresa possui vinculação com as MIP's de Rio Verde, Vitória e Barueri com a SGE Prizma possui nos municípios Rio das Ostras, Campos, Nova Friburgo e Boa Vista.

11. Imposto de renda e contribuição social

Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Para determinadas controladas foi também reconhecido saldo de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante. Os valores são demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
Imposto de renda diferido	-	3.530	3.812
Contribuição social diferido	-	1.271	1.201
	<u>-</u>	<u>4.801</u>	<u>5.013</u>

No ano de 2018, a companhia adotou o lucro presumido como regime de tributação, dessa forma, não fazendo jus ao crédito fiscal registrado. Sendo assim, houve a baixa do crédito.

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	1.405	10.916	9.125	19.220
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal de 34%	478	3.711	3.103	6.535
Reconciliação para despesas efetivas:				
Resultado de investidas contabilizadas como capital próprio, líquido de impostos	199	2.889	199	2.889
Exclusão/Adição Provisões	417	201	417	201
Despesas Indedutíveis	(201)	1	(201)	1
Diferenças entre Base de Cálculo Presumida e Real	-	-	(3.929)	(3.382)
Reversão de Imposto Diferido sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal	(26)	(158)	(26)	(158)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(88)	(779)	(6.642)	(6.985)
Taxa efetiva	6,29%	7,13%	72,79%	36,34%

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Investimentos

a) Composição

	Controladora		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
Alegrete RJ Participações S.A.	4.209	6.430	1.081
Caragua Luz S.A. SPE	9.508	5.801	2.654
	<u>13.717</u>	<u>12.231</u>	<u>3.735</u>

▪ Alegrete RJ Participações S.A.

A Alegrete RJ Participações S.A. ("Alegrete") é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída em 02 de dezembro de 2013, a sua sede está localizada na rua Cleber Santos de Carvalho, 22, Lojas 201, 203, 205 e 207, Vilar dos Teles, CEP 25576-261, no Município de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.

Alegrete tem por objetivo a gestão do sistema, operação, ampliação e modernização do parque de Iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa firmado com o Município de São João do Meriti, firmado em 08 de agosto de 2014, e com início de suas atividades.

O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos contados a partir da data do efetivo início da execução da ampliação e dos serviços de operação e manutenção.

Alegrete receberá mensalmente a título de contraprestação pecuniária o montante de R\$ 1.556, e o valor estimado pelo prazo de 25 anos o montante total de R\$ 466.830. Os valores das contraprestações são corrigidos anualmente pela IGP-M (Índice geral de preços do mercado).

Informação relevante sobre o investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	Percentual de participação	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo
Alegrete RJ Participações S.A.	100%	18.315	2.334	4.209	25.672	(2.221)

▪ Caragua Luz S.A.

A Caragua Luz S.A. ("Caragua") é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída em 30 de abril de 2015.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Caragua foi criada exclusivamente para atendimento ao Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caragatatuba, em 21 de julho de 2015. O objeto do contrato é a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caragatatuba, Estado de São Paulo, bem como instituir processos para a responsabilidade de consumo de energia de iluminação pública. O prazo de concessão será de 13 anos. Para execução do objeto do contrato de concessão Caragua, fara jus a uma prestação pecuniária (contraprestação mensal efetiva) dividida em duas parcelas uma variável correspondente a 10% do total e outra fixa correspondente a 90% do total.

A Urbeluz possui o controle da investida.

Informação relevante sobre o investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	Percentual de participação	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
Caragua Luz S.A. - SPE	60%	28.322	5.000	15.846	27.943	4.679

b) Movimentação dos investimentos:

	Controladora					
	01/01/2016	Equivalência patrimonial	31/12/2016	Equivalência patrimonial	Integralização de capital	31/12/2017
Alegrete	1.081	5.349	6.430	(2.221)	-	4.209
Caraguá	2.654	3.147	5.801	2.807	900	9.508
Total	3.735	8.496	12.231	586	900	13.717

13. Imobilizado

a) Composição

	Controladora				
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	31/12/2017	01/01/2016
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Instalações	1	-	1	3	4
Máquinas e equipamentos	174	(124)	50	278	208
Computadores	382	(99)	283	30	47
Veículos	2.087	(1.726)	361	491	218
Benfeitorias em imóveis	124	(43)	81	180	101
Móveis e utensílios	280	(113)	167	189	181
Total	3.048	(2.105)	943	1.171	759

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	01/01/2016
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Instalações	1	-	1	3
Máquinas e equipamentos	173	(124)	49	311
Computadores	472	(117)	355	68
Veículos	2.487	(1.862)	625	745
Benfeitorias em imóveis	537	(248)	289	471
Móveis e utensílios	398	(129)	269	263
Consórcio de veículo	17	-	17	-
	<u>4.085</u>	<u>(2.480)</u>	<u>1.605</u>	<u>1.861</u>
				<u>1.432</u>

Segundo a Administração não há indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda foi reconhecida nas demonstrações contábeis.

b) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

	Controladora					Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	
Instalações	3	-	(2)	-	-	1
Máquinas e equipamentos	278	3	(28)	(199)	(4)	50
Computadores	30	192	(20)	146	(65)	283
Veículos	491	577	(82)	-	(625)	361
Benfeitorias em imóveis	180	-	(62)	-	(37)	81
Móveis e utensílios	189	58	(68)	53	(65)	167
	<u>1.171</u>	<u>830</u>	<u>(262)</u>	<u>-</u>	<u>(796)</u>	<u>943</u>

	Controladora					Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	
Instalações	3	-	(2)	-	-	1
Máquinas e equipamentos	311	3	(28)	(215)	(22)	49
Computadores	68	231	(20)	152	(76)	355
Veículos	745	671	(82)	-	(709)	625
Benfeitorias em imóveis	471	-	(62)	-	(120)	289
Móveis e utensílios	263	95	(68)	63	(84)	269
Consórcio de veículo	-	17	-	-	-	17
	<u>1.861</u>	<u>1.017</u>	<u>(262)</u>	<u>-</u>	<u>(1.011)</u>	<u>1.605</u>

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Intangível

	Consolidado			Consolidado
	31/12/2017			31/12/2016
Vida útil	Amortização			
(%)	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de software	20	3.851	(2.667)	1.184
		3.851	(2.667)	1.184

A Urbeluz investiu no desenvolvimento dos seguintes softwares para sua atuação:

a) Urbegestão: software desenvolvido internamente, realiza a gestão completa de parques de iluminação pública compreendendo desde o sistema de Call Center para atendimento aos municípios com geração automática de ordens de serviço até o completo controle de aplicação de materiais com federação de diversos relatórios gerenciais. O sistema está desenvolvido com tecnologia em "GIS" (Geographic information System) voltada para o mapeamento e cadastramento de pontos de iluminação pública, que disponibiliza aos seus clientes a precisa localização dos pontos cadastrados;

b) Urbeconstrução: software desenvolvido internamente, realiza a gestão completa de execução de obras de iluminação pública possibilitando em tempo real conhecer o avanço físico e financeiro com a geração de relatórios de medição. O sistema está desenvolvido com tecnologia baseada em "GIS" (Geographic information System) voltada para o mapeamento e cadastramento de pontos de iluminação Pública, que disponibiliza os locais exatos de novos pontos de iluminação pública ou pontos eficientizados. O sistema gera Ordens de Serviço que são finalizadas em campo através de relatórios é possível a gestão dos materiais aplicados, retirados, produtividade e custos envolvidos;

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

c) IBM Máximo: A Partir das mudanças dos tipos de contrato, de gestão para Concessão do Parque de IP e em alguns casos prédios Públicos também, a Urbeluz viu a necessidade de desenvolver um novo sistema para que fosse possível fazer frente a essa mudança de atuação. Deu-se então início ao desenvolvimento do sistema IBM Máximo que trabalha com o conceito de gerenciamento de Ativos, podendo ser desde um ponto de IP em uma rua, ou até um aparelho de Ar Condicionado instalado em um prédio público. Além da parte básica de emissão e controle de Ordens de Serviço e módulo de atendimento Call Center, o sistema possui uma vasta gama de relatórios gerenciais, integração com outros dois grandes sistemas da companhia, (Benner e ArcGIS) onde cada OS realizada (Capex e Opex) já atualiza o estoque da empresa e também já atualiza o cadastro técnico de ativos da companhia. O Sistema ainda permite gerenciar toda a parte de manutenção preventiva, preditiva, inspeção randômica do parque, eficiência energética dos ativos, visualização dos mapas cartográficos do cadastro técnico, controle de vida útil do parque, dentro uma série de outras funções inerentes a gestão de Ativos.”

15. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações financeiras e mercantis, realizada entre as partes relacionadas, nas quais a Administração considera que foram realizadas em condições pactuadas entre as partes e que são aproximadas àquelas condições de mercado com as captações similares de recursos em instituições financeiras.

a) Composição:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
Contas a receber						
Alegrete RJ Participações S.A	-	282	-	-	-	-
Consórcio Caragua	412	354	-	412	354	-
Caraguá Luz S.A. SPE	500	-	-	-	-	-
Mauá Luz	70	-	-	70	-	-
Marabá Luz	28	-	-	28	-	-
Outros recebíveis						
Cobrapar (a)	15.504	14.279	11.850	15.504	14.561	11.850
	<u>16.514</u>	<u>14.915</u>	<u>11.850</u>	<u>16.014</u>	<u>14.915</u>	<u>11.850</u>

- (a) Em 01/09/2011 a Urbeluz Energética S.A realizou operação de mútuo com sua antiga controladora Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações, o vencimento do respectivo contrato era 31/12/2015. Em virtude de inadimplemento, 6 de março de 2017 a Controlada ingressou com processo de execução judicial para reaver o montante emprestado. Segundo nossos assessores jurídicos a probabilidade êxito no processo é provável. A Administração julga que não há riscos de realização, pois a Cobrapar é acionista da Companhia, e este valor poderá ser realizado através da distribuição de dividendos ou redução do capital social. O que a Urbeluz possui são as próprias ações da Cobrapar, uma vez que a participação da mesma corresponde a 43% da companhia.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

b) Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal-chave da Administração representou no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 341 (R\$ 396 em 31 de dezembro de 2016).

A remuneração dos administradores é constituída apenas de benefícios de curto prazo, que incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e benefício de assistência médica e seguro de vida.

A Companhia não oferece nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Também não oferece benefícios adicionais no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

16. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
Fornecedores nacionais a pagar	3.215	1.963	5.305	6.591	1.986	6.321
Fornecedores a faturar	36	-	-	97	2.023	930
Fornecedores - Comodato	-	-	-	22	21	16
	<u>3.251</u>	<u>1.963</u>	<u>5.305</u>	<u>6.710</u>	<u>4.030</u>	<u>7.267</u>

17. Empréstimos e financiamentos

a) Composição:

	Taxa efetiva	Vencimento final	Controladora					
			31/12/2017		31/12/2016		01/01/2016	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Capital de giro - CDI (a)	4,8% + CDI	dez/18	4.899	-	4.054	5.025	4.538	9.079
Finame - PRÉ	8,81%	abr/19	87	-	192	-	105	193
Financiamento de mercadorias	6,00%		525	1.611	2.080	-	-	-
Empréstimo de terceiro			-	40	-	40	940	89
Fornecedores LP			-	631	-	631	-	-
Debênture			-	-	-	-	3.178	-
Arrendamento Mercantil - Leasing			34	23	-	-	-	-
			<u>5.545</u>	<u>2.305</u>	<u>6.326</u>	<u>5.696</u>	<u>8.761</u>	<u>9.361</u>

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Taxa efetiva	Vencimento final	Consolidado					
			31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Capital de giro - CDI (a)	4,80%	dez/18	4.908	2	4.064	5.036	4.538	9.079
Finame - PRÉ	8,81%	abr/19	87	-	192	-	105	193
Financiamento de Mercadorias	6,00%		525	1.611	2.080	-	-	-
Debênture - CDI (b)	5,16%	mai/22	705	4.643	-	-	3.178	-
Empréstimo de terceiro			-	40	-	40	940	89
Fornecedores LP			-	631	-	631	-	-
Leasing			68	31	-	-	-	-
			<u>6.293</u>	<u>6.958</u>	<u>6.336</u>	<u>5.707</u>	<u>8.761</u>	<u>9.361</u>

- (a) Em 07 de fevereiro de 2014, A Companhia captou o montante de R\$ 20.375, e liquidou os empréstimos antigos, desta forma alongou sua dívida. O respectivo capital de giro será liquidado em 54 parcelas mensais remuneradas a 4,8% a.a. mais CDI, com término previsto para dezembro de 2018.
- (b) Em 02 de junho de 2017, a Alegrete RJ Participações S.A emitiu 12.000 debêntures conversíveis em ações preferenciais ao valor nominal de R\$ 1.000. A debênture terá vencimento em 19 de maio de 2022, quando deverá ser integralmente paga pela emissora. A debênture fará jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação positiva do certificado de depósito interbancário (CDI) + 0,42333616% ao mês (Juros Compostos mensalmente), incidentes sobre o valor total da debênture emitida e não amortizada, em periodicidade mensal, por dias corridos, com base em um ano. A debênture será amortizada em 48 parcelas iguais, mensais e consecutivas, com o primeiro vencimento em 19.06.2018 e último vencimento em 19.05.2022.

b) Cronograma de amortização da dívida:

Ano de Vencimento	Consolidado					
	Empréstimo		Financiamento	Debêntures	Outros	Total
	Moeda Nacional	Finame				
2018	4.908	87	525	-	773	6.293
2019	42	-	1.611	-	662	2.315
2022	-	-	-	4.643	-	4.643
	<u>4.950</u>	<u>87</u>	<u>2.136</u>	<u>4.643</u>	<u>1.435</u>	<u>13.251</u>

18. Encargos Tributários

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
PIS e Cofins a Recolher	619	874	1.475	1.489	2.454	1.948
Provisão de PIS e Cofins sobre títulos a faturar	292	174	730	1.455	1.583	929
ICMS ST e Difal	20	-	-	20	-	-
Provisão de ISS sobre títulos a faturar	161	59	326	503	141	467
IRPJ e CSLL	-	-	869	4.405	7.018	1.902
Retenção de impostos	104	75	82	236	447	314
	<u>1.196</u>	<u>1.182</u>	<u>3.482</u>	<u>8.108</u>	<u>11.643</u>	<u>5.560</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Impostos e Contribuições Parcelados

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
Circulante	193	654	238	1.351	948	238
Parcelamento PERT	4	-	-	275	-	-
Parcelamento IR 12.996	181	153	167	182	153	167
Parcelamento ICMS	8	-	-	8	-	-
Parcelamento COFINS	-	367	59	175	416	59
Parcelamento IRRF	-	43	-	-	43	-
Parcelamento PIS	-	74	12	40	85	12
Parcelamento PIS/COFINS/CSLL	-	17	-	-	17	-
Parcelamento IRPJ	-	-	-	377	103	-
Parcelamento CSLL	-	-	-	167	43	-
Parcelamento ISS	-	-	-	113	88	-
Parcelamento INSS	-	-	-	14	-	-
Não circulante	291	2.105	891	6.299	2.888	891
Parcelamento PERT	-	-	-	3.008	-	-
Parcelamento IR 12.996	288	390	666	288	390	666
Parcelamento ICMS	3	-	-	2	-	-
Parcelamento COFINS	-	1.240	208	677	1.404	208
Parcelamento IRRF	-	163	-	-	163	-
Parcelamento PIS	-	249	17	144	283	17
Parcelamento PIS/COFINS/CSLL	-	63	-	-	63	-
Parcelamento IRPJ	-	-	-	1.476	359	-
Parcelamento CSLL	-	-	-	652	145	-
Parcelamento ISS	-	-	-	-	81	-
Parcelamento INSS	-	-	-	52	-	-
	484	2.759	1.129	7.650	3.836	1.129

- (a) Referem-se ao parcelamento de tributos federais instituídos pela Lei nº 13.496/17, publicada em 24 de outubro de 2017, que instituiu o parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até abril de 2017, e que concedeu uma série de benefícios aos seus optantes, como redução de até 70% das multas e 90% dos juros e encargos, e a possibilidade de utilização de créditos calculados com base nos prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros e prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado. Em 2017, o Grupo aderiu ao parcelamento no montante de R\$ 12.847 (R\$ 4.317 na controladora e R\$ 8.529 nas subsidiárias), sendo R\$ 9.825 referentes aos débitos, e R\$ 3.021 de juros atualizados até a data da adesão, e conforme permitido pela lei, a Administração optou pela modalidade de pagamento antecipado de 5,00% do montante atualizado da dívida, correspondendo à quantia de R\$ (R\$ 642 na controladora e R\$ 426 nas subsidiárias), e o parcelamento do saldo residual da dívida em 60 vezes apenas nas subsidiárias pois a controladora quitou todo o débito, e aguarda a deliberação da RFB para consolidação dos débitos e reconhecimento do benefício fiscal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Provisão para contingências

a) Composição:

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim representadas:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
Provisão de riscos trabalhistas e previdenciários	30	2.325	2.952
Provisão de riscos cível	14	-	-
	<u>44</u>	<u>2.325</u>	<u>2.952</u>

b) Movimentação da provisão:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2016	Adição	Reversão	31/12/2017
Provisão de riscos trabalhistas e previdenciários	2.325	-	(2.295)	30
Provisão de riscos cível	-	14	-	14
	<u>2.325</u>	<u>14</u>	<u>(2.295)</u>	<u>44</u>

c) Natureza das contingências

- Provisão de riscos trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia possui relações e transações com empresas de diretores e funcionários relacionados a prestação de serviços, cuja avaliação de risco previdenciário, trabalhista e tributário é passível de discussão no judiciário.

Devido aos fatos mencionados acima, a Administração reconheceu como risco provável de perda o montante de R\$ 30, valor este relacionado apenas aos riscos trabalhistas e previdenciários sobre estas relações e transações.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 20.051, totalmente subscrito e integralizado, representado por 11.482.978 ações (7.850.537 ações em 2016) ordinárias nominativas, sem valor nominal. Abaixo a composição de participação dos acionistas:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Cobrapar - Cia Brasileira de Engenharia Participações e Negócios	4.956.435	43%	4.956.435	43%
Conasa Infraestrutura S.A.	5.741.489	50%	5.741.489	50%
Wilson Soares dos Santos	785.054	7%	785.054	7%
	<u>11.482.978</u>	<u>100%</u>	<u>11.482.978</u>	<u>100%</u>

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2015 foi efetuado adiantamento para futuro aumento de capital no valor de e R\$ 4.547, até o encerramento destas demonstrações não fora integralizado em virtude de a acionista cobrapar ter entrado com liminar para não integralização pois o mesmo resultaria em redução de seu percentual na empresa

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Em 31 de dezembro de 2017, por deliberação unânime dos acionistas, a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de R\$ 145 foi revertida para a reserva especial de lucros.

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita com prestação de serviços	23.284	28.700	65.659	74.922
Receita de construção	-	-	16.236	15.713
Impostos sobre receita	(1.571)	(1.840)	(6.568)	(6.616)
	<u>21.713</u>	<u>26.860</u>	<u>75.327</u>	<u>84.019</u>

23. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custos com produtos aplicados	(7.093)	(7.706)	(8.232)	(8.581)
Custos de construção	-	-	(16.236)	(15.713)
Custos com pessoal	(3.657)	(3.835)	(6.183)	(5.734)
Custos com serviços de terceiros	(883)	(3.713)	(1.828)	(4.153)
Custos com combustível e lubrificantes	(208)	(252)	(392)	(357)
Custos com locação de veículos	(716)	(355)	(1.309)	(754)
Custos com depreciação	(183)	(123)	(354)	(271)
Custos com energia	-	(21)	(19.442)	(18.949)
Outros custos	(735)	(808)	(1.456)	(1.444)
	<u>(13.475)</u>	<u>(16.813)</u>	<u>(55.432)</u>	<u>(55.956)</u>

URBELUZ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	(2.554)	(1.892)	(3.658)	(2.715)
Serviços de terceiros	(2.812)	(2.194)	(4.140)	(3.087)
Depreciação e amortização	(612)	(616)	(663)	(621)
Locação	(140)	(207)	(147)	(207)
Outras	(2.340)	(2.440)	(2.839)	(2.927)
	<u>(8.458)</u>	<u>(7.349)</u>	<u>(11.447)</u>	<u>(9.557)</u>

25. Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras despesas comerciais	(119)	(43)	(215)	(83)
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	(1.013)	-	(1.013)	-
	<u>(1.132)</u>	<u>(43)</u>	<u>(1.228)</u>	<u>(83)</u>

26. Outras receitas/(despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas recuperadas	772	418	1.036	464
Outras receitas e despesas	(141)	80	(102)	80
Provisões para perdas e contingências	1.999	235	1.999	235
Multas	(921)	(76)	(3.031)	(80)
Despesas indedutíveis	(25)	-	(38)	-
	<u>1.684</u>	<u>657</u>	<u>(136)</u>	<u>699</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	8	52	72	120
Atualização de impostos a compensar	63	491	113	478
Juros ativos	944	1.642	943	1.750
Juros sobre ativo financeiro de concessão	-	-	2.205	935
Outras receitas	-	43	6	43
	<u>1.015</u>	<u>2.228</u>	<u>3.339</u>	<u>3.326</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(952)	(2.107)	(961)	(2.107)
Juros sobre passivos financeiros	(22)	(798)	17	(873)
Juros sobre operações de mútuos	(219)	(157)	(219)	(157)
IOF	(9)	(28)	(33)	(45)
Outras despesas	(32)	(30)	(102)	(46)
	<u>(1.234)</u>	<u>(3.120)</u>	<u>(1.298)</u>	<u>(3.228)</u>
	<u>(219)</u>	<u>(892)</u>	<u>2.041</u>	<u>98</u>

28. Instrumentos Financeiros

28.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas Controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia e suas Controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

28.2. Categoria de instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros		Categoria		Controladora			
				2017		2016	
				Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	205	205	514	514		
Clientes	Empréstimos e recebíveis	5.270	5.270	5.072	5.072		
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	16.514	16.514	14.915	14.915		
Passivos financeiros							
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	3.251	3.251	1.963	1.963		
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	7.850	7.850	12.022	12.022		

Instrumentos financeiros		Categoria		Consolidado			
				2017		2016	
				Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	1.615	1.615	1.426	1.426		
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	15.651	15.651	12.176	12.176		
Ativo financeiro	Empréstimos e recebíveis	22.406	22.406	15.336	15.336		
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	16.014	16.014	14.915	14.915		
Passivos financeiros							
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	6.710	6.710	4.030	4.030		
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	13.251	13.251	12.043	12.043		

Os empréstimos e financiamentos, os quais estão mensurados pelos custos amortizados são atualizados monetariamente com bases nos índices e juros contratados até a data de fechamento das demonstrações contábeis.

Fatores de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras e empréstimos referenciadas ao CDI, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto ao risco de crédito associado à cliente, a Administração julga um risco significativo e provisiona as possíveis perdas de clientes, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

(c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

29. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações baseada na avaliação de seus especialistas e corretoras.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, fazem parte do escopo de auditoria e foram auditadas. As coberturas de seguros são:

Serviços segurados	Vigência	Cobertura
Responsabilidade civil	07/2017 a 08/2018	52.061
Impacto de veículo e queda de aeronaves	07/2017 a 08/2018	300
Responsabilidade civil do empregador	07/2017 a 08/2018	126
Total de cobertura		<u>52.487</u>

* * * *